

EXMO. CONSELHEIRO RELATOR DURVAL ÂNGELO DA PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

REPRESENTAÇÃO: 1.127.712

REFERENTES AOS OFÍCIOS: 4.049/2024 e 4.051/2024

EDSON DE SOUZA VILELA e MATHEUS MAIA AMARAL, devidamente qualificados nos autos da Representação em epígrafe, vêm, à presença de V. Exa. apresentar manifestação, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados.

I. FATOS.

01 Trata-se de Representação em que se questiona a legalidade de contratação por inexigibilidade de licitação do Escritório Pontes Matos Sociedade de Advogados, considerando que o Município de Carmo do Cajuru conta com Procuradoria própria.

02. Após juntada de documentos, a pedido da unidade técnica desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, foi elaborado relatório técnico no qual ficou constatada a regularidade na contratação do Escritório mencionado, considerando sua notória especialização e a singularidade do objeto, combinado com a hipótese de confiança inerente à inexigibilidade de licitação.

03. No tocante ao questionamento de que a defesa do Prefeito junto a essa Corte de Contas é realizada também pela assessoria contratada, o órgão técnico

também afastou a irregularidade, considerando que referido serviço consta do objeto do contrato e não há óbices.

04. O único apontamento que foi considerado como possível irregularidade se tratou da suposta ausência de pesquisa de preços no procedimento de inexigibilidade realizado. Transcreve-se:

→ ausência de justificativa do preço contratado, no Processo n. 219/2020, Inexigibilidade n. 01/2020, violando o comando do art. 26, parágrafo único, inc. III, da Lei Federal n. 8.666/1993.

05. Contudo, conforme será demonstrado a seguir, o procedimento de Inexigibilidade nº 01/2020 se encontra em consonância com a jurisprudência dessa Egrégia Corte de Contas que admite que a justificativa de preços ocorra com a comparação de valores praticados em serviços prestados perante outros órgãos.

II. MÉRITO – POSSIBILIDADE DE COMPARAÇÃO DE PREÇOS COM SERVIÇOS PRESTADOS A OUTROS ÓRGÃOS.

06. Como se viu, ao contrário da sugestão de irregularidade apontada pelo Órgão Técnico, a pacífica jurisprudência desta Corte de Contas permite que a justificativa de preços em procedimentos de inexigibilidade de licitação seja realizada mediante a comparação de valores executados em outros órgãos com objetos semelhantes, hipótese exatamente existente no caso em apreço. Registre-se:

REPRESENTAÇÕES. Câmara e prefeitura Municipal. procedimentos de inexigibilidade de licitação. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM ÁREA CONTÁBIL, ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE GESTÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PARECERISTA. REJEIÇÃO. prejudicial de mérito. prescrição da pretensão punitiva. reconhecimento parcial. MÉRITO. **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**. inadequação na instrução processual. montagem dos processos. identidade entre os pareceres. ausência de pormenorização dos procedimentos. prova indiciária insuficiente. não preenchimento do ônus probatório. IMPROCEDÊNCIA. ausência de SINGULARIDADE do objeto. mudanças

operadas pelas LEIs N. 14.039/2020 e 14.133/2021. sentido mais abrangente da singularidade, com presunção para serviços contábeis. aspectos subjetivos da contratação e imprevisibilidade do resultado. IMPROCEDÊNCIA. **AUSÊNCIA DE justificativa de preço. comparação com os serviços prestados perante outros órgãos. nova lei de licitações.** IMPROCEDÊNCIA. conflito de interesses na contratação da mesma empresa pela Câmara e PELA Prefeitura. improcedência. Termo de ajustamento de gestão. ausência de irregularidades. prejudicado. CARTILHA ORIENTATIVA AO GESTOR. providência já determinada em decisões de outros processos. desnecessidade. arquivamento.

(...)

5. É legítima a justificativa dos preços quando, obstada pesquisa diante da subjetividade da prestação contratada, esta se der alicerçada na comparação dos contratos da empresa com outros entes públicos, em avenças envolvendo objeto equivalente, observada a jurisprudência desta Corte e o art. 23, § 4º, da Lei n. 14.133/2021. (...) [Representação n. 1084321. Rel. CONS. SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO. Sessão do dia 13/6/2023, Disponibilizada no DOC do dia 03/07/2023. PRIMEIRA CÂMARA]

07. Esse Ilustre Conselheiro Relator, Doutor Durval Ângelo, teve a oportunidade de se manifestar sobre o tema e corroborar a referida prática na jurisprudência da Corte de Contas exemplificando no inteiro teor do Recurso Ordinário a seguir transcrito:

Todavia, a contratação ora examinada se deu por inexigibilidade de licitação, em razão da notória especialidade da contratada, não cabendo, portanto, comparação de preços com outros prestadores de serviço.

Além disso, encontra-se à fl. 41 da Representação n. 1077038, a relação dos valores cobrados de outras prefeituras pela ADPM, o que demonstra cabalmente que o valor contratado com a Prefeitura de São João da Mata era compatível com os valores cobrados em contratos semelhantes.

Desse modo, existindo justificativa de preço nos autos do procedimento, não cabe falar-se em irregularidade, razão pela qual julgo procedentes os recursos interpostos pela ADPM e pelas Sras. Denize Vilhena Borges Silva, Prefeita à época, e Amanda Tavares Vilhena, Secretária Municipal de Administração à época, **e voto pela desconstituição das seguintes multas**, assim especificadas na decisão recorrida: (...). [RECURSO ORDINÁRIO n. 1107554. Rel. CONS. DURVAL ÂNGELO. Sessão do dia 17/08/2022. Disponibilizada no DOC do dia 02/09/2022. Colegiado. PLENO.]

08. Nesse passo, pode-se observar que a Sociedade de Advogados apresentou junto ao procedimento diversos contratos celebrados com outros órgãos. Pode-se citar exemplificativamente o seguinte:

JUSTIFICATIVA DE PREÇOS DA INEXIGIBILIDADE Nº 01/2020				
ÓRGÃO	Nº DO CONTRATO	DATA DA CELEBRAÇÃO	PÁGINAS	VALOR MENSAL EM R\$
MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE	286/2017	10/11/2017	365/372 ANEXO 1	18.000,00
MUNICÍPIO DE CARATINGA	112/2015	01/09/2015	373/379 ANEXO 2	15.000,00
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO	52/2017	13/07/2017	380/382 ANEXO 3	14.100,00
MUNICÍPIO DE PARACATU	32/2016	29/03/2016	383/391 ANEXO 4	10.454,54
MUNICIPIO DE NEPOMUCENO	58/2019	08/04/2019	392/396 ANEXO 5	12.500,00
MUNICIPIO DE RAPOSOS	85/2019	07/11/2019	397/404 ANEXO 6	10.800,00
PREÇO MÉDIO				R\$13.475,75

09. Nesse contexto, pode-se destacar que o valor mensal do Contrato com Carmo do Cajuru teve o valor de R\$10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) e o preço médio devidamente comprovando no procedimento de Inexigibilidade atingiu o montante de R\$13.475,75 (treze mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), superior, portanto, ao preço praticado na municipalidade em apreço.

10. Assim, verifica-se que verdadeiramente não há ausência de justificativa de preços, mas sim robusta comprovação do valor médio praticado em outros órgãos com objeto semelhante do Escritório Contratado, afastando por completo qualquer irregularidade no processo de Inexigibilidade, devendo a Representação ser julgada improcedente.

III. CONCLUSÃO.

11. Diante de todo exposto, frente à firme comprovação de justificativa de preços no procedimento de Inexigibilidade nº 01/2020 realizado pelo Município de Carmo de Cajuru com a Sociedade de Advogados, verifica-se que não deve prosperar, *data venia*, a

alegação técnica de que não houve demonstração de preço de mercado, nos termos do art. 26, da Lei 8.666/93, pugnando-se pela total improcedência da Representação apresentada pela Vereadora Débora Nogueira da Fonseca Almeida.

12. No mais, requer seja mantido o entendimento dos experts, no sentido da legalidade da contratação, haja vista a presença dos requisitos autorizativos em lei.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Carmo do Cajuru, 08 de abril de 2024.

Renan Douglas Quirino Machado
OAB/MG 210.191

ÍNDICE.

ANEXO 1 – CONTRATO DE POUSO ALEGRE.

ANEXO 2 – CONTRATO DE CARATINGA.

ANEXO 3 – CONTRATO DE SÃO FRANCISCO.

ANEXO 4 – CONTRATO DE PARACATU.

ANEXO 5 – CONTRATO DE NEPOMUCENO.

ANEXO 6 – CONTRATO DE RAPOSOS.

ANEXO 7 – INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO.